

# Acompanhamento da implementação do Roadmap TCFD/FSB pelo setor bancário brasileiro

Referente ao progresso em 2019

Janeiro 2020

## REALIZAÇÃO

**FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos**

**Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos**  
*Diretor de Sustentabilidade e Marketing*

**Beatriz Stuart Secaf**  
*Assessora de Sustentabilidade*

**Thaís Naves Tannus**  
*Assessora de Sustentabilidade*

## ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

**SITAWI Finanças do Bem**

**Gustavo Pimentel**  
*Diretor*

**Guilherme Teixeira**  
*Consultor*

**Beatriz Maciel**  
*Analista*

**Victor Pederzini**  
*Pesquisador*

## AGRADECIMENTOS

**Comissão Setorial de Responsabilidade Social  
e Sustentabilidade da FEBRABAN (CRSS)**

**Grupo de Trabalho de Riscos Climáticos da FEBRABAN:**  
ABC Brasil, Banco do Brasil, Bradesco, Banco Cooperativo Sicredi,  
Banco Votorantim, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal,  
China Construction Bank, Citibank, Itaú Unibanco, Rabobank e Santander

Preparado para:

# Sumário

1. Introdução .....	5
2. Progresso das ações no nível da FEBRABAN .....	9
3. Progresso das ações no nível dos bancos.....	15
3.1. Principais resultados .....	15
3.2. Detalhamento do progresso nas ações propostas pelo Roadmap .....	18
4. Atualização da agenda TCFD no setor financeiro internacional .....	27
4.1. A iniciativa NGFS e suas recomendações .....	27
4.2. Avanços regulatórios e de frameworks voluntários.....	29
4.3. TCFD Status Report 2019 .....	32
Anexo – Correspondência entre Roadmap e Divulgações Recomendadas TCFD .....	34

## Siglas e Acrônimos

<b>ASG</b>	Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança
<b>CDP</b>	Antes chamado de 'Carbon Disclosure Project'
<b>CNAE</b>	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
<b>FIR</b>	Forum pour l'Investissement Responsable
<b>FSB</b>	Financial Stability Board
<b>GEE</b>	Gases de Efeito Estufa
<b>GICS</b>	Global Industry Classification Standard
<b>GRI</b>	Global Reporting Initiative
<b>HLEG</b>	High-Level Expert Group on Sustainable Finance
<b>IIRC</b>	International Integrated Reporting Council
<b>NAICS</b>	North American Industry Classification System
<b>NFRD</b>	Non-Financial Reporting Directive
<b>NGFS</b>	Network for Greening the Financial System
<b>PRA</b>	Prudential Regulation Authority
<b>PRI</b>	Principles for Responsible Investment
<b>SFN</b>	Sistema Financeiro Nacional
<b>TEG</b>	Technical Expert Group on Sustainable Finance
<b>TCFD</b>	Task Force on Climate-related Financial Disclosures

# 1. Introdução

**E**m dezembro de 2015, o *Financial Stability Board (FSB)* criou a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)* junto a representantes de diferentes setores econômicos, públicos e privados, para tratar da disponibilidade e qualidade de informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas, que podem afetar a estabilidade do sistema financeiro. O documento<sup>1</sup> com Recomendações sobre o tema foi publicado em 2017.

Acompanhando este processo desde o início<sup>2</sup>, a FEBRABAN trouxe, em fevereiro de 2018, o tema para discussão no setor bancário nacional, no 52º Café com Sustentabilidade. Posteriormente, desenvolveu um trabalho de análise das Recomendações e sua interpretação no contexto do setor bancário nacional. Como resultado, definiu-se um conjunto de ações – um *Roadmap*<sup>3</sup> – para apoiar os bancos na trajetória de alinhamento ao que a TCFD recomenda. Esta iniciativa, realizada com apoio da SITAWI Finanças do Bem, envolve a participação de um grupo de trabalho integrado atualmente por 12 bancos<sup>4</sup>.

Após a publicação do *Roadmap*, a FEBRABAN, também com o apoio da SITAWI Finanças do Bem:

- I. Desenvolveu a Régua de Sensibilidade ao Risco Climático**, um material que permite a análise da sensibilidade da carteira de crédito dos bancos aos riscos climáticos;
- II. Elaborou uma ferramenta de correlação de alguns *frameworks* de reporte com as Recomendações TCFD**, de modo a indicar o alinhamento de reportes já existentes às Recomendações;
- III. Criou um material para treinamento das equipes técnicas dos bancos associados e realizou quatro rodadas de treinamentos, capacitando aproximadamente 160 profissionais do mercado financeiro;**

<sup>1</sup> *Recommendations of the Task-Fore on Climate-related Financial Disclosures* (Junho, 2017). Disponível em: <https://www.fsb-tcf.org/wp-content/uploads/2017/06/FINAL-2017-TCFD-Report-11052018.pdf>

<sup>2</sup> Acesse outros estudos realizados pela FEBRABAN no tema de riscos e oportunidades climáticas em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3085/43/pt-br/sfn-economia-verde>

<sup>3</sup> Recomendações da TCFD/FSB sobre divulgação de informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas. Uma análise no contexto do setor bancário brasileiro e propostas de ação (FEBRABAN, 2018). Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3085/43/pt-br/estudos-sustentabilidade-2019>

<sup>4</sup> Bancos participantes: ABC Brasil, Banco do Brasil, Bradesco, Banco Cooperativo Sicredi, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, CCB Brasil, Citibank, Itaú Unibanco, Rabobank, Santander e Votorantim.

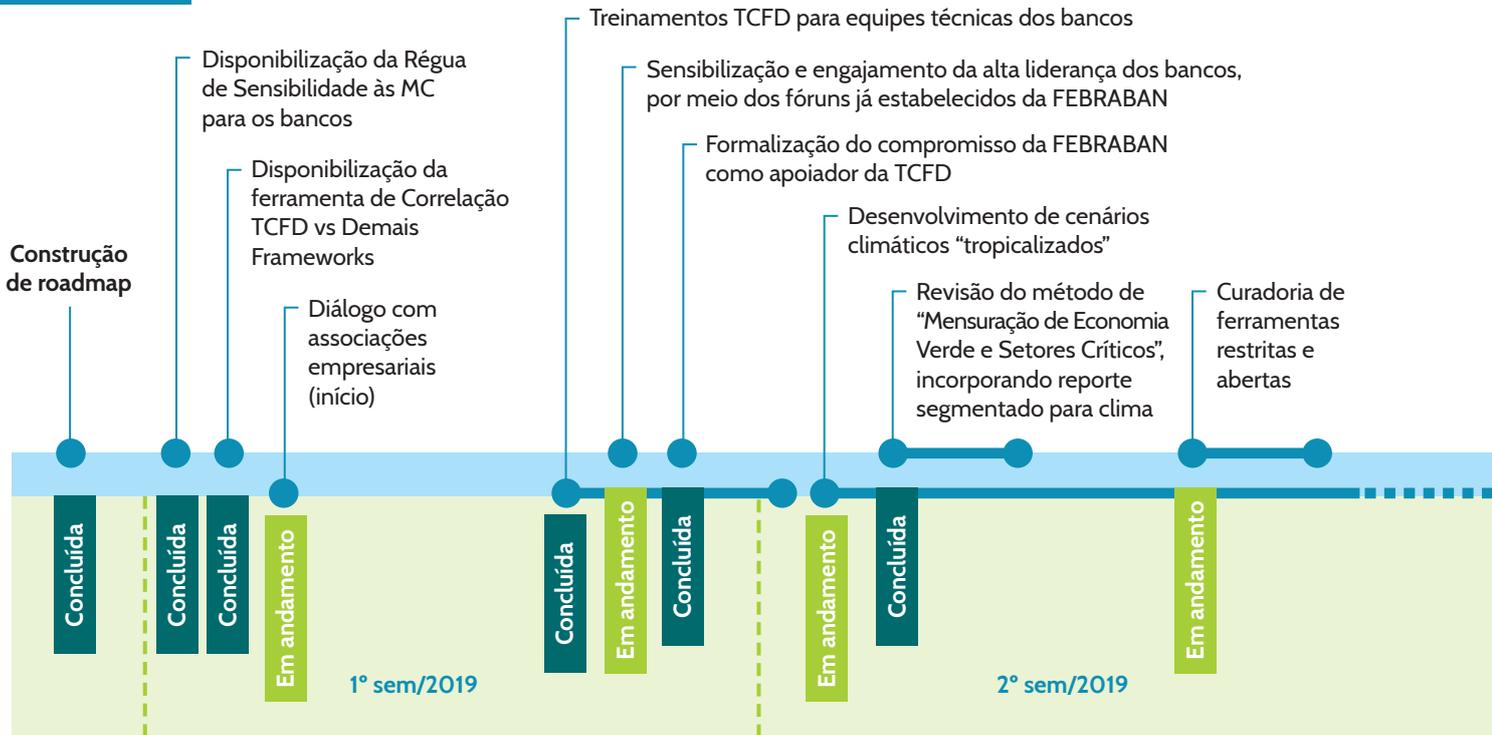
- IV. Estabeleceu contato inicial com associações brasileiras representantes de setores de alta exposição** aos riscos (físicos e de transição) climáticos;
- V. Iniciou uma proposta de revisão das divisões CNAE**, visando facilitar a identificação de setores da Economia Verde, dos que representam potenciais impactos socioambientais e dos que estão mais expostos às mudanças climáticas.

O objetivo deste relatório é atualizar o estágio da implementação das Recomendações da TCFD pelo setor bancário no Brasil, identificando aprendizados para a continuidade do trabalho, a partir das seguintes informações:

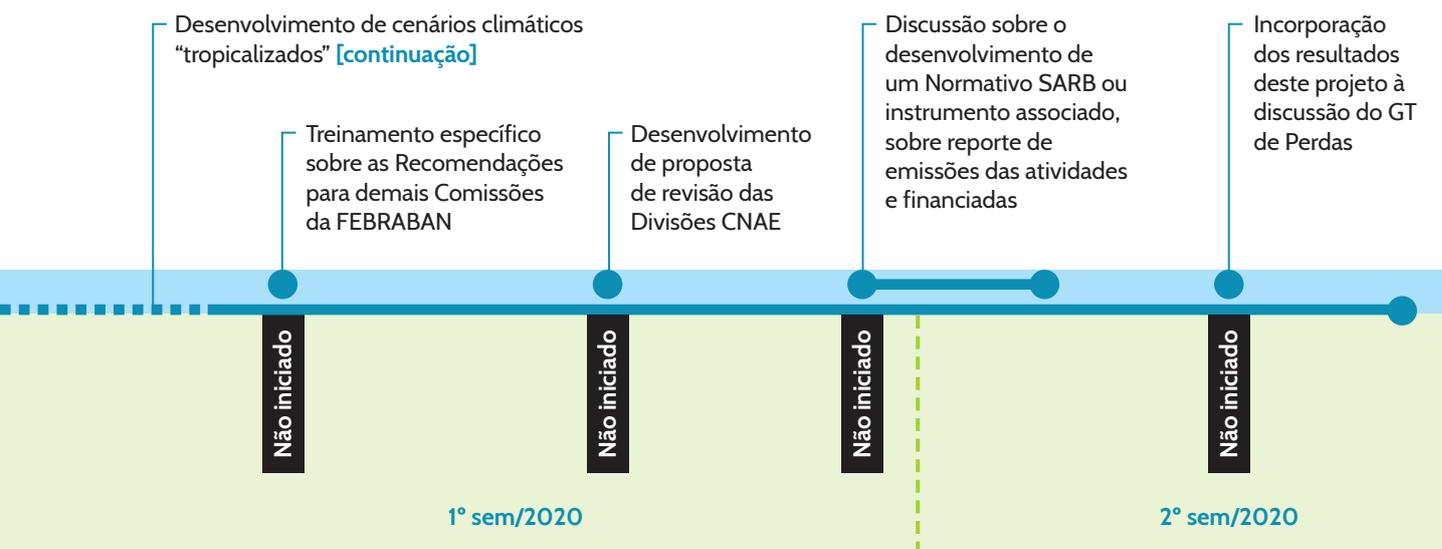
- I.** Prestação de contas das ações realizadas no nível da FEBRABAN, implementadas de acordo com o que foi estabelecido em dezembro/2018
- II.** Resumo das ações realizadas individualmente pelos bancos brasileiros reportadas à FEBRABAN
- III.** Compartilhamento da agenda TCFD no setor financeiro internacional, a fim de atualizar referências a serem utilizadas no contexto nacional;

## Plano de ação para a FEBRABAN

### ONDA 1



### ONDA 2



Este plano de ação será revisado a cada ano, para avaliar necessidades/oportunidades de ajuste nos planejamentos anuais da FEBRABAN.

## Plano de ação proposto para os bancos



<sup>(1)</sup> Após esta revisão inicial, espera-se que ela seja repetida periodicamente, acompanhando os avanços dos bancos.

<sup>(2)</sup> Após esta incorporação inicial, espera-se que ela seja ampliada, de acordo com os avanços dos bancos.

As datas de implementação para estas ações ficam a critério dos bancos

## 2. Progresso das ações no nível da FEBRABAN

**P**ara facilitar o avanço da gestão de riscos e oportunidades climáticas, o Roadmap da FEBRABAN prevê uma série de medidas a serem realizadas pela própria Federação em um contexto setorial, com compartilhamento de percepções e experiências entre seus associados. O objetivo é alcançar maior eficiência nos esforços necessários, com redução dos custos de adaptação e reforço da posição do setor bancário junto a seus grupos de interesse (ex: associações empresariais e reguladores).

A seguir, é apresentado o acompanhamento da implementação de cada ação prevista para este ano, indicando o progresso alcançado:

### I. Disponibilização da Régua de Sensibilidade ao Risco Climático para os bancos

<b>Descrição</b>	A Régua foi elaborada com base nos princípios de Relevância e Proporcionalidade da Resolução CMN 4327/2014. Trata-se de uma ferramenta para a priorização de ações de estratégia e gerenciamento de risco climático, dada a sensibilidade das carteiras de cada instituição a este risco.
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mar/19: Régua de Sensibilidade ao Risco Climático lançada no 56° Café com Sustentabilidade;</li> <li>• Jun/19: Régua e Guia de Orientação são disponibilizados para acesso público no portal FEBRABAN e a seus associados, em comunicado interno. Uma versão em inglês também está disponível no portal da FEBRABAN e no TCFD Hub*, permitindo o compartilhamento com subsidiárias e matrizes internacionais dos bancos brasileiros.</li> <li>• Ao longo do ano: coleta de feedbacks dos bancos que aplicaram a Régua, a fim de se avaliar possíveis aprimoramentos para futuras versões.</li> </ul>
<b>Status</b>	Completa

\* TCFD Knowledge Hub. Disponível em: <https://www.tcfdhub.org/>

### II. Disponibilização da ferramenta de Correlação TCFD vs Demais Frameworks

<b>Descrição</b>	Para além da TCFD, os bancos já têm diversas demandas sobre a gestão de riscos ou oportunidades socioambientais e sua transparência (ex: GRI, Resoluções CMN). A disponibilização da ferramenta de correlação permite que os bancos identifiquem essa correspondência e avaliem como estas respostas já são úteis para atender às Recomendações TCFD.
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jun/19: Ferramenta de Correlação enviada aos associados da FEBRABAN e disponibilizada ao acesso público, por meio do portal FEBRABAN;</li> <li>• Abr/19 a Jul/19: Compartilhamento e discussão da Ferramenta com CDP Brasil, GRI Brasil e B3. A Ferramenta também foi compartilhada com a matriz do GRI.</li> </ul>
<b>Status</b>	Completa

### III. Diálogo com associações empresariais (CEBDS e associações de setores críticos), com apresentação dos resultados do projeto

Descrição	<p>Apresentação do engajamento do setor bancário no tema e construção de agenda colaborativa com associações-chave, considerando que: (i) o sucesso da implementação das Recomendações TCFD pelos bancos depende do acesso às informações climáticas das empresas; (ii) as agendas das associações são um meio de influenciar a movimentação de setores.</p>
Progresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ao longo do ano: Diálogo com CEBDS, para definição de agenda conjunta;</li> <li>• Jul/19: identificação de associações setoriais a serem abordadas pela FEBRABAN para compartilhar progresso da agenda no setor bancário e discutir possibilidades de avanços nas empresas, a fim de que a implementação das Recomendações seja suave e alinhada às expectativas do setor bancário. Essas associações foram identificadas considerando os setores de alta exposição às mudanças climáticas definidos pela TCFD e sua representatividade na economia nacional e na carteira de crédito dos bancos (tabela 1);</li> <li>• Set/19: realização de workshop entre bancos e empresas, em parceria com o CEBDS, para discussão conjunta sobre os <i>roadmaps</i> elaborados para cada segmento. As discussões do workshop resultaram nas seguintes mensagens:             <ol style="list-style-type: none"> <li>I. A abordagem setorial para engajamento das empresas não-financeiras pode ser mais efetiva naqueles setores cuja regulação já incorpora questões socioambientais (ex: regulação da ANEEL para setor elétrico);</li> <li>II. Quando diversos bancos demandam um conjunto semelhante de informações relacionadas à clima para concessão de crédito, isso impulsiona as empresas para melhorar sua gestão de mudanças climáticas;</li> <li>III. É importante que as empresas também tenham uma Ferramenta de Correlação TCFD vs demais <i>frameworks</i>, especialmente porque a demanda externa de informações ASG e relacionadas a risco é crescente;</li> <li>IV. Business cases sobre riscos ou oportunidades climáticas que já se materializaram ajudam a sensibilizar a alta liderança e demais áreas das empresas</li> <li>V. Diversas empresas ainda carecem de bases de dados sobre impactos de efeitos climáticos sobre suas operações – em geral, as informações monitoradas se limitam às emissões de GEE e consumo de água e energia. A ampliação de bases de dados internas sobre o tema facilitaria a visibilidade sobre necessidades de melhora na gestão climática;</li> <li>VI. A elaboração de cenários é um dos principais desafios também para as empresas, mas iniciativas já existentes simulando impacto da precificação de carbono são um importante passo;</li> <li>VII. Times multidisciplinares nas empresas envolvendo diferentes áreas estimulam o engajamento de outras áreas e da alta liderança;</li> <li>VIII. A incorporação do tema de mudanças climáticas na agenda de colegiados (ex: Comissão de Sustentabilidade, Comitê de Riscos) facilita que ele alcance também o Conselho de Administração, envolvendo a alta liderança;</li> <li>IX. A incorporação de metas climáticas ao conjunto de metas individuais e coletivas vinculadas à remuneração por desempenho nas empresas contribui para engajamento;</li> <li>X. A captação de recursos verdes pelos bancos, além de ser uma oportunidade para o setor financeiro evoluir na agenda de baixo carbono, pode ser um argumento poderoso para sensibilizar empresas. Isso contribui também para o pipeline de projetos verdes a serem financiados pelo setor bancário e outros investidores.</li> </ol> </li> <li>• Nov/19: alinhamento com CEBDS para contactar associações setoriais e agendamento de diálogo em 2020</li> </ul>
Status	Em andamento

Tabela 1. Seleção de associações representativas de setores de alta exposição às mudanças climáticas e grande representatividade na carteira de crédito dos bancos nacionais

Associações setoriais	Setores de alta exposição (TCFD) representados																	
	Alimentos embalados e carnes	Agricultura	Automóveis e componentes	Bebidas	Bens de capital	Carvão	Frete aéreo	Gestão e desenvolvimento imobiliário	Materiais de construção	Metais e mineração	Óleo e gás	Papel e produtos florestais	Química	Transporte aéreo	Transporte ferroviário	Transporte marítimo	Serviços de transporte rodoviário	Utilidades elétricas
Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA)	X	X		X														
Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)					X	X							X		X		X	X
Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM)										X								
Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)		X										X	X					
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)				X				X	X			X	X					X
Instituto AçoBrasil									X									
Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)											X	X						

Fonte: Elaboração própria.

#### IV. Treinamentos TCFD: riscos e oportunidades climáticas, para equipes técnicas dos bancos

<b>Descrição</b>	Compartilhamento de conteúdo direcionado a diversas equipes (Sustentabilidade, Risco Socioambiental, Riscos, <i>Compliance</i> , Crédito, etc.) dos bancos, a respeito dos potenciais impactos das mudanças climáticas, riscos climáticos ao setor financeiro e Recomendações da TCFD.
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Até jul/19: Preparação de material de apoio para workshop e futura consulta por parte dos bancos participantes</li> <li>Ago a nov/19: Workshops para equipes técnicas dos bancos, com quatro turmas realizadas e mais de 150 profissionais capacitados. Os treinamentos fazem parte da formação em sustentabilidade oferecida pela FEBRABAN aos associados.</li> </ul>
<b>Status</b>	Completa

#### V. Sensibilização e engajamento da alta liderança dos bancos, por meio dos fóruns já estabelecidos da FEBRABAN

<b>Descrição</b>	Fazendo uso dos fóruns de alta liderança já estabelecidos pela FEBRABAN, o tema deve ser levado a CEOs e presidentes de Conselhos de Administração dos bancos associados. Envolvimento de alta liderança é um ponto chave das Recomendações da TCFD, e o processo de engajamento <i>top-down</i> foi identificado no benchmarking como um diferencial para que atinjam resultados a curto prazo.
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jul/19: engajamento junto à Comissão de Riscos da FEBRABAN, compartilhando diagnóstico realizado em 2018, progresso de 2019 e relevância do envolvimento das áreas de riscos na agenda TCFD, porém com audiência de gerência e corpo técnico;</li> <li>Out/19: apoio da FEBRABAN à UNEP-FI Regional Roundtable Latin American &amp; Caribbean, com temas abordando a TCFD. A FEBRABAN patrocinou o evento e contribuiu com a organização e compartilhamento de conteúdo sobre a TCFD com os presentes. No entanto, agenda não foi direcionada para alta liderança.</li> <li>Em 2020, os fóruns da FEBRABAN serão utilizados para alcance da alta liderança.</li> </ul>
<b>Status</b>	Em andamento

#### VI. Formalização do compromisso da FEBRABAN como apoiadora da TCFD

<b>Descrição</b>	Mais de 941 organizações formalizaram apoio à TCFD (até dezembro/2019), incluindo empresas, instituições financeiras, reguladores e associações setoriais. Como a FEBRABAN vem liderando este tema, colocar-se como apoiador da TCFD sinaliza ao setor bancário a importância das Recomendações e dá destaque nacional e internacional às ações planejadas.
<b>Progresso</b>	Jan/19: FEBRABAN torna-se apoiadora oficial da TCFD.
<b>Status</b>	Completa

Figura 1. Formalização do compromisso da FEBRABAN como apoiadora da TCFD

TCFD   TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES					
<a href="#">About</a> <a href="#">Events</a> <a href="#">Publications</a> <a href="#">TCFD Knowledge Hub</a> <a href="#">TCFD Supporters</a> <a href="#">News</a> <a href="#">in</a>					
Name ▾	Location	Region	Sector	Industry	Date
<a href="#">FEBRABAN - Brazilian Federation of Banks</a>	Brazil	South America	Other	Industry Association	January 2019

Fonte: TCFD, 2019.

## VII. Desenvolvimento de cenários climáticos “tropicalizados” para análises de cenários nacionais

<b>Descrição</b>	<p>Uma das conclusões da primeira fase do Piloto da UNEP-FI foi a de que requerimentos de capital compatíveis com o risco climático variam de acordo com condições de mercado e regulatórias globais, nacionais e locais. Os bancos brasileiros participantes desta fase (Bradesco e Itaú) também sinalizaram a necessidade de haver variáveis com granularidade nacional e local para alimentar análises de cenários climáticos que sejam úteis no contexto nacional.</p> <p>Por isso, identificou-se a necessidade de se avançar em uma “tropicalização” deste trabalho, a fim de que os bancos tenham informações mais alinhadas a suas necessidades para realizar análises de cenários climáticos.</p> <p>Por ser um trabalho de longa duração, definiu-se seu início em 2019 e conclusão no final de 2020.</p>
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ago/19: Identificação de iniciativas e atores já atuantes na análise de cenários climáticos e na construção de bases de dados de impactos das mudanças climáticas em nível local no Brasil.</li> <li>• Até Dez/19: Após pré-seleção de algumas organizações responsáveis por estas iniciativas, foram realizadas reuniões bilaterais: <ul style="list-style-type: none"> <li>- UNEP-FI (TCFD Pilot Project)</li> <li>- 2 Degrees Investing Initiative</li> <li>- COPPE/UFRJ</li> <li>- Move / Waycarbon</li> </ul> </li> <li>• Reuniões serão realizadas no início de 2020 com outras organizações, para selecionar parceiros no desenvolvimento de cenários tropicalizados.</li> </ul>
<b>Status</b>	Em andamento

## VIII. Revisão do método de “Mensuração de Economia Verde e Setores Críticos”, incorporando reporte segmentado para clima

<b>Descrição</b>	O levantamento realizado periodicamente no âmbito da FEBRABAN pode incorporar a identificação da exposição das carteiras aos ‘ativos carbono-intensivos’, ou de forma mais ampla, aos setores críticos (de acordo com a TCFD). Adicionalmente, pode ser feita uma segmentação da carteira de setores ou projetos de economia de baixo carbono.
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mai/19: Análise consolidada de cada divisão CNAE, levando em consideração: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mensuração: Economia Verde, Alto Impacto Socioambiental ou não enquadrado;</li> <li>- Exposição às Mudanças Climáticas: alta, média ou baixa;</li> </ul> </li> <li>• Jul/19: Definição de que a ‘Mensuração de Economia Verde e Setores Críticos’ realizada pela FEBRABAN em 2020 incorporará um recorte climático, com identificação dos fluxos financeiros direcionados a setores com maior exposição às mudanças climáticas. A análise – realizada no âmbito deste projeto – de correspondência entre Divisões CNAE e os setores definidos pela TCFD servirá de suporte a este trabalho.</li> <li>• Julho e Dez/19: Conversas realizadas com IPEA (julho) e IBGE / Receita Federal (dezembro), na qual a FEBRABAN indicou a importância das CNAE para monitoramento da exposição do setor bancário a riscos climáticos e outros de natureza socioambiental. As organizações, que lideram a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), responsável pela CNAE, passaram instruções para a apresentação de propostas de revisão. Principais mensagens: <ol style="list-style-type: none"> <li>I. CONCLA está, no momento, extinta por Decreto Federal 9759/2019 – sendo necessário aguardar desdobramentos para seu possível retorno;</li> <li>II. Há possibilidade de revisão na taxonomia apenas a partir do nível de subclasses;</li> <li>III. FEBRABAN deve seguir um formulário padrão, para apresentar estudo e proposta de revisão da CNAE. Isso será executado em 2020.</li> </ol> </li> </ul>
<b>Status</b>	Concluída, com desdobramentos em 2020

## IX. Curadoria de ferramentas restritas e abertas que forneçam inputs para análise de risco climático dos clientes/projetos

<b>Descrição</b>	Há ferramentas ainda pouco utilizadas e capazes de fornecer dados sobre (i) qualidade da gestão do risco climático em grandes empresas e (ii) fatores de risco climático locacional, de forma que os bancos possam coletá-los de maneira sistematizada. A curadoria de um conjunto de ferramentas prioritárias deve resultar na divulgação de como elas podem ser utilizadas pelos bancos para a análise de risco climático na concessão do crédito.
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nov/2019: Levantamento de mais de 30 ferramentas abertas (uso liberado) e restritas (dependente de assinatura e/ou compra);</li> <li>• Dez/2019: Consulta ao GT Florestal sobre ferramentas levantadas;</li> <li>• No início de 2020, será compartilhado guia de ferramentas com os bancos, permitindo: <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Coleta de percepções que sejam úteis para aprimoramento deste relatório e;</li> </ol> </li> <li>• Sugestões de organizações responsáveis pelas ferramentas a serem convidadas para apresentá-las na FEBRABAN.</li> </ul>
<b>Status</b>	Em andamento

## 3. Progresso das ações no nível dos bancos

Para facilitar o avanço da gestão de riscos e oportunidades climáticas, o Roadmap definiu ações a serem realizadas pelos bancos participantes do projeto de implementação das Recomendações TCFD/FSB pelo setor bancário brasileiro. O objetivo foi alcançar maior eficiência nos esforços necessários, com redução dos custos de adaptação e reforço da posição do setor bancário junto a seus grupos de interesse (ex: associações empresariais, reguladores).

### 3.1. Principais resultados

Com o objetivo de acompanhar a implementação de cada ação prevista para 2019, foi compartilhado com os bancos um formulário de reporte para estes indicarem seu progresso. A Figura 2 apresenta uma síntese dos resultados extraídos das respostas enviadas por oito bancos, evidenciando o nível de comprometimento com cada ação:

**Figura 2. Quantidade de atividades reportadas relacionadas às ações do Roadmap**

Ações propostas no roadmap	Nº atividades relacionadas realizadas*
Elaboração de Posicionamento sobre Mudanças Climáticas	4
Aplicação da Régua de Sensibilidade	
Revisão de instrumentos de risco socioambiental utilizados na concessão de crédito	
Revisão, com “a lente TCFD”, das informações disponibilizadas publicamente	
Incorporação do risco climático no modelo de análise de crédito	3
Monitoramento da exposição da carteira a setores críticos e oportunidades	
Incorporação das informações relacionadas a clima nos relatórios financeiros	
Desenvolvimento de análises de cenários climáticos para suas carteiras, partindo de projetos-piloto	2
Revisão sobre a governança de riscos climáticos	
Incorporação do tema nos processos de planejamento estratégico	
Incorporação de agenda específica de implementação das Recomendações da TCFD aos Colegiados de Sustentabilidade ou Risco Socioambiental e Conselho	2
Incorporação da variável climática no desenvolvimento e avaliação de novos produtos	
Recomendação de adesão a compromissos voluntários de reporte para os clientes mais críticos	1

\* Cada banco pode ter reportado mais de uma atividade. Portanto, o somatório de atividades realizadas supera o total de bancos que indicaram ter feito alguma realização.

Fonte: Elaboração própria.

Cada ação proposta pelo Roadmap está relacionada a algumas das 11 Divulgações Recomendadas (*Recommended Disclosures*) pela TCFD, que, por sua vez, compõem os 4 pilares da TCFD: Governança (GOV); Estratégia (EST); Gestão de Riscos (GdR); e Métricas e Metas (M&M)<sup>5</sup>. A Tabela 2 compreende a estrutura das Recomendações e Divulgações da TCFD.

**Tabela 2. Estrutura das Recomendações e Divulgações da TCFD**

	Governança	Estratégia	Gestão de Riscos	Métricas e Metas
Recomendações	Divulgar a governança da organização sobre os riscos e oportunidades climáticos	Divulgar os impactos reais e potenciais dos riscos e oportunidades climáticos sobre os negócios, a estratégia e planejamento financeiro da organização, quando a informação for material	Divulgar como a organização identifica, avalia e gerencia os riscos climáticos	Divulgar as métricas e metas utilizadas para avaliar e gerenciar os riscos e oportunidades climáticos, nos casos em que a informação for material
Divulgações Recomendadas	<b>GOV.a.</b> Descrever a supervisão do Conselho de Administração sobre os riscos e oportunidades climáticos	<b>EST.a.</b> Descrever os riscos e oportunidades climáticos identificados no curto, médio e longo prazo	<b>GdR.a.</b> Descrever os processos de identificação e avaliação dos riscos climáticos	<b>M&amp;M.a.</b> Divulgar as métricas utilizadas para avaliar os riscos e oportunidades climáticos de acordo com a estratégia e o processo de gestão de risco
	<b>GOV.b.</b> Descrever o papel da diretoria executiva na avaliação e gestão de riscos e oportunidades climáticos	<b>EST.b.</b> Descrever o impacto dos riscos e oportunidades climáticos sobre os negócios, estratégia e planejamento financeiro	<b>GdR.b.</b> Descrever os processos de gestão dos riscos climáticos	<b>M&amp;M.b.</b> Divulgar as emissões de GEE de Escopos 1, 2 e, se apropriado, 3, e os riscos relacionados
		<b>EST.c.</b> Descrever a resiliência da estratégia da organização, considerando diferentes cenários climáticos (incluindo um cenário de 2°C ou menos)	<b>GdR.c.</b> Descrever como os processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos climáticos estão integrados ao gerenciamento global de riscos da organização	<b>M&amp;M.c.</b> Descrever as metas utilizadas pela organização na gestão de riscos e oportunidades climáticos e seu desempenho frente a essas metas

Fonte: Elaboração própria, a partir do conteúdo apresentado pela TCFD (2017).

<sup>5</sup> No Anexo, podem ser encontradas todas as correspondências.

De modo a propor um nível mais aprofundado de detalhamento e, assim, possibilitar a identificação mais objetiva das lacunas presentes frente às respostas do formulário, a Figura 3 apresenta as repostas dos bancos, segmentadas por Divulgação Recomendada:

**Figura 3. Reporte segmentado por Divulgações Recomendadas<sup>6</sup>**



Fonte: Elaboração própria.

Apesar das ações realizadas pelos bancos não endereçarem de maneira completa cada Divulgação Recomendada, esse panorama indica os principais avanços neste período inicial de implementação das Recomendações. A seção 4.2 permite uma visão mais detalhada destes avanços e os principais pontos de atenção.

<sup>6</sup> Cada ação proposta pelo Roadmap pode corresponder a diferentes Divulgações Recomendadas. Portanto, em alguns casos, o número de vezes que a Divulgação foi reportada é superior ao número total de ações reportadas pelos bancos. As siglas das legendas se referem a cada uma das Divulgações Recomendadas, conforme apresentado na Tabela 2

## 3.2. Detalhamento do progresso nas ações propostas pelo Roadmap

Nesta seção, é apresentada uma descrição das ações, alguns exemplos do progresso alcançado e mensagens para que os bancos sigam avançando nestas ações.<sup>7</sup>

### I. Aplicação da Régua de Sensibilidade como instrumento de priorização de ações estratégicas e materialidade do reporte

Divulgações Recomendadas correspondentes	Estratégia.a	Estratégia.c
<b>Descrição</b>	A FEBRABAN desenvolveu uma Régua de Sensibilidade ao Risco Climático com base nos princípios da Resolução CMN 4327/2014 de Relevância e Proporcionalidade. O objetivo de disponibilizá-la aos bancos é ser uma ferramenta para: (i) priorização de ações de estratégia e gerenciamento de risco climático; e (ii) avaliação da materialidade das Divulgações Recomendadas, dada a sensibilidade da carteira de cada instituição	
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação da Régua de modo a fornecer mensagens para GT de Riscos Climáticos sobre aperfeiçoamentos necessários para uma nova versão.</li> <li>• Identificação de limitações internas dos bancos para avaliar a sensibilidade de sua carteira, especialmente para as Camadas 2 e 3 da Régua</li> <li>• Compartilhamento de resultados com o Comitê de Riscos</li> <li>• Uso da Régua em desdobramentos na prática de gestão de riscos, como: incorporação do risco climático ao monitoramento da carteira; priorização setorial para iniciativas de análise de cenários; resposta à demanda regulatória de órgão regulador no Reino Unido a respeito da gestão de riscos climáticos.</li> </ul>	
<b>Mensagens para avanço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É necessário esforço adicional no nível dos bancos para explorar as demais camadas da régua, aplicando um maior nível de detalhamento e sofisticação</li> <li>• É necessária adaptação da Régua para carteira agrícola.</li> </ul>	

<sup>7</sup> As Divulgações Recomendadas (ex: Estratégia.a; Governança.a) são aquelas indicadas na Tabela 2.

## II. Revisão sobre a governança de riscos climáticos (quem é responsável, quais as responsabilidades)

Divulgações Recomendadas correspondentes	Governança.a	Governança.b
<b>Descrição</b>	Atendendo à Res. CMN 4327, os bancos já têm uma governança estabelecida para gestão de riscos socioambientais. É necessário que os bancos revisem se/quais destas instâncias têm responsabilidade sobre riscos climáticos. A partir disso, os bancos devem revisar seus instrumentos de reporte (ex: <i>website</i> , relatório anual, PRSA) para reportar a governança em linha com as Recomendações TCFD.	
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão sobre responsabilidades sobre riscos climáticos foi levada por alguns bancos para o Comitê de Riscos e Conselho de Administração.</li> <li>• Diálogo liderado pela área de risco socioambiental, com outros departamentos (ex: Sustentabilidade e Jurídico).</li> </ul>	
<b>Mensagens para avanço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Há duas importantes janelas de oportunidade para inserção deste tema: revisões periódicas de planejamento estratégico e revisões dos Planos de Ação da PRSA.</li> <li>• Articulação de times multidisciplinares, com representantes de diferentes áreas pode tornar mais claras as responsabilidades e aumentar o engajamento dos responsáveis.</li> </ul>	

## III. Revisão, com “a lente TCFD”, das informações disponibilizadas publicamente em documentos dos bancos e demais frameworks de reporte

Quatro bancos indicaram avanços no cumprimento desta ação, mostrando que seus documentos públicos foram revisados de modo a incluir um reporte alinhado às Recomendações TCFD ou que já há uma proposta em andamento para incluir conteúdos direcionados à TCFD. Novamente, é perceptível a necessidade de sensibilizar os bancos sobre a importância do disclosure alinhado à TCFD.

Divulgações Recomendadas correspondentes	Transversal
<b>Descrição</b>	Alguns bancos já disponibilizam uma série de informações sobre sua gestão de riscos e oportunidades climáticas em documentos próprios (ex: <i>websites</i> , Relatórios anuais/sustentabilidade, Relatórios de Gestão de Riscos, Formulários de Referência, 20-F, PRSA, Política Socioambiental) e nas respostas disponibilizadas para terceiros (ex: Questionário CDP, Questionário ISE B3). Este conteúdo deve ser revisado para: identificar quais informações já atendem às Recomendações TCFD, quais precisam ser revisadas e o que é necessário adicionar.
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão de documentos disponibilizados publicamente por bancos, de modo a identificar o atual “grau de implementação” da TCFD.</li> <li>• Reporte em relatórios anuais sobre o esforço interno para implementação da TCFD, em linhas gerais.</li> </ul>
<b>Mensagens para avanço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mesmo que a implementação da TCFD ainda seja limitada, é importante que os bancos reportem quais das Divulgações Recomendadas já atendem.</li> <li>• O uso da Ferramenta de Correlação TCFD vs Demais Frameworks pode contribuir com esta ação.</li> </ul>

#### IV. Incorporação de agenda específica de implementação das Recomendações da TCFD aos Colegiados de Sustentabilidade ou Risco Socioambiental e ao Conselho de Administração

Divulgações Recomendadas correspondentes	Estratégia.a	Estratégia.b	Estratégia.c	Governança.a	Governança.b
<b>Descrição</b>	O apoio da alta liderança é essencial para que haja envolvimento no nível estratégico, respondendo à Recomendação de Governança da TCFD e impulsionando os demais níveis a se envolverem na implementação das demais Recomendações. Ao mesmo tempo, a agenda de implementação das Recomendações deve ser liderada no nível tático e operacional pelos Conselhos ou Comitês de Sustentabilidade ou Risco Socioambiental já estabelecidos nos bancos.				
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão do tema em pautas de reuniões de colegiados de sustentabilidade, conectando-o com outras iniciativas relacionadas a risco socioambiental e gestão climática</li> </ul>				
<b>Mensagens para avanço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Há duas importantes janelas de oportunidade para inserção deste tema: revisões periódicas de planejamento estratégico e revisões dos Planos de Ação da PRSA.</li> <li>• Os participantes da CRSS e do GT de Riscos Climáticos da FEBRABAN devem compartilhar internamente nos bancos as principais questões da agenda TCFD discutidas nestes fóruns ao longo do ano.</li> <li>• Tratar as questões climáticas como uma terceira vertente além das questões sociais e ambientais pode ser uma forma de aumentar a visibilidade das lacunas e ações a serem realizadas nesta agenda.</li> </ul>				

## V. Monitoramento da exposição da carteira a setores críticos e oportunidades climáticas

Divulgações Recomendadas correspondentes	Estratégia.a
Descrição	Para analisar a sensibilidade de sua carteira aos riscos climáticos, o banco deve mensurar a parcela de crédito exposta a setores críticos conforme classificados pela TCFD. Além disso, a TCFD recomenda explicitamente o reporte da carteira exposta a ativos carbono-intensivos, que estão entre os setores críticos, e às oportunidades climáticas.
Progresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização da correspondência – desenvolvida pelo GT de Riscos Climáticos – entre Divisões CNAE e setores de alta exposição TCFD, para realizar o monitoramento</li> <li>• Monitoramento da exposição dentro do setor agrícola, utilizando processos e evidências já tipicamente adotados (ex: monitoramento de safra).</li> </ul>
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A aplicação da camada 1 da Régua de Sensibilidade pode ser realizada de forma periódica, a fim que se tenha o monitoramento sugerido nesta ação.</li> <li>• A inclusão da lente climática na Mensuração de Economia Verde e Setores Críticos, realizada pela FEBRABAN, facilitará o progresso dessa ação entre os bancos participantes.</li> </ul>

## VI. Recomendação de adesão a compromissos voluntários de reporte (ex: CDP, GHG Protocol) para os clientes mais críticos

Apenas um dos bancos indicou comprometimento com esta ação, e ainda assim não foi suficiente para cumprir com o previsto. É de extrema importância para os bancos que recomendem a seus clientes mais críticos a adesão a compromissos voluntários de reporte, uma vez que esta ação atua como facilitadora do processo de monitoramento da exposição da carteira de crédito às mudanças climáticas e, conseqüentemente, da análise de concessões de crédito.

Divulgações Recomendadas correspondentes	Métricas e Metas.b
Descrição	A fim de facilitar a obtenção de informações em linha com os Princípios de Transparência Efetiva (TCFD), os bancos devem recomendar a seus clientes mais críticos (i.e. de setores críticos com operações de maior volume e prazo) a adesão a compromissos voluntários, que estabelecem padrões de mensuração e reporte. Estas informações serão úteis no nível operacional (incorporadas ao processo de análise socioambiental de crédito) e gerencial (mensuração das emissões financiadas).
Progresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>O único reporte neste tema se refere à exigência de práticas de gestão de emissões GEE em cumprimento aos Padrões de Desempenho do IFC / Princípios do Equador. Não houve nenhum avanço específico para solicitar adesão a outros compromissos voluntários.</li> </ul>
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bancos precisam identificar em quais casos esta recomendação aos clientes é mais relevante. A análise dos principais riscos e oportunidades climáticos por setor – para além de outras questões ambientais – pode apoiar essa priorização.</li> </ul>

## VII. Incorporação do tema mudanças climáticas nos processos de planejamento estratégico

Divulgações Recomendadas correspondentes	Estratégia.a	Estratégia.b	Estratégia.c	Governança.a	Governança.a.b
Descrição	Para que os bancos considerem riscos e oportunidades climáticas em curto, médio e longo prazos, é necessário que esse tema seja integrado aos processos de planejamento estratégico (e a suas revisões subsequentes).				
Progresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inclusão de agenda de mudanças climáticas como parte das questões de sustentabilidade no planejamento estratégico.</li> </ul>				
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propor maior engajamento das equipes responsáveis para endereçar a ação e realizar exercícios para a incorporação do tema no planejamento estratégico.</li> <li>Articulação de times multidisciplinares, com representantes de diferentes áreas, pode fornecer <i>inputs</i> mais assertivos sobre a necessidade de incorporação de questões climáticas nos planejamentos estratégicos e facilitar a implementação de iniciativas pactuadas nos planos</li> </ul>				

## VIII. Elaboração de Posicionamento sobre Mudanças Climáticas, formalizando entendimento do sobre o tema, iniciativas e compromissos

Divulgações Recomendadas correspondentes	Estratégia.a	Métricas e Metas.c
<b>Descrição</b>	A elaboração de um documento em que o banco expresse seu posicionamento sobre o tema, descreva suas iniciativas internas (ex: incorporação de risco climático na análise de crédito, incorporação ao planejamento estratégico) e apresente compromissos (ex: adesão a iniciativas voluntárias, apoio a economia de baixo carbono) sinaliza aos clientes e demais stakeholders a atenção e capacidade do banco para lidar com riscos e oportunidades climáticas.	
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Posicionamento público sobre as mudanças climáticas em publicações já existentes, como Relatório Anual.</li> <li>• Preparação de um documento específico com o posicionamento do banco em mudanças climáticas, com conteúdo semelhante ao descrito acima (entendimento sobre o tema, incorporação, compromissos)</li> <li>• Mapeamento interno de riscos e oportunidades climáticas, cujos resultados podem se desdobrar em um segundo momento na publicação de um Posicionamento sobre Mudanças Climáticas.</li> </ul>	
<b>Mensagens para avanço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratar as questões climáticas como uma terceira vertente além das questões sociais e ambientais pode ser uma forma de facilitar um entendimento interno de como o banco precisa se posicionar neste tema.</li> <li>• Exercícios de mapeamento de riscos e oportunidades climáticas também podem facilitar este entendimento, sendo um passo anterior à divulgação de um Posicionamento.</li> </ul>	

## IX. Desenvolvimento de análises de cenários climáticos para suas carteiras, partindo de projetos-piloto

Apenas um dos bancos reportou que realiza estudo de análise de cenários climáticos para suas carteiras. Contudo, outros dois bancos demonstraram interesse no desenvolvimento das análises partindo de participações em projetos-piloto e de reuniões como as do GT da UNEP-FI. Assim, é evidente que o tema ainda não tem uma presença marcante e que demanda um grande comprometimento dos bancos para ser incorporado em âmbito nacional.

Divulgações Recomendadas correspondentes	Estratégia.a
Descrição	As ferramentas de análise de cenários permitem superar o problema do descasamento de horizontes temporais entre o planejamento estratégico e as trajetórias dos cenários climáticos, já que são um exercício no qual os bancos analisam a sensibilidade de suas carteiras atuais aos riscos climáticos futuros. As análises devem partir de pilotos em setores críticos e de alta exposição na carteira, com resultados incorporados aos Planos de Capital e demais processos de gerenciamento de riscos.
Progresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>Além dos bancos participantes na primeira fase Piloto da UNEP-FI (Bradesco e Itaú), houve o desenvolvimento de iniciativa de um banco para análise de cenário no setor agrícola.</li> </ul>
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ainda há desafios – mesmo no nível internacional – sobre os melhores caminhos para se realizar análises de cenários. O acompanhamento da segunda fase do Piloto da UNEP-FI e da iniciativa de cenários tropicalizados no âmbito da FEBRABAN – entre outras iniciativas lideradas por organizações da sociedade civil e entidades especializadas – podem trazer mensagens importantes para esta ação.</li> <li>Iniciativas de análises piloto, em determinados setores, permitem que os bancos ultrapassem as barreiras do conhecimento ainda limitado sobre análises de cenários.</li> </ul>

## X. Incorporação das informações relacionadas a clima nos relatórios financeiros

Divulgações Recomendadas correspondentes	Transversal
Descrição	O potencial impacto financeiro de riscos – especialmente – e oportunidades climáticas deve ser incorporado aos relatórios financeiros (ex: Formulário de Referência, Relatório de Gestão de Riscos), bem como os processos/ferramentas com os quais o banco gerencia este potencial impacto. A TCFD recomenda que os relatórios financeiros apresentem sempre informações sobre Governança e Gestão de Riscos, enquanto que aquelas relativas a Gestão de Riscos e Métricas e Metas dependerão da materialidade para o banco.
Progresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicação de reporte de questões climáticas nos seguintes relatórios: Relatório de Gestão de Riscos, Relatório Integrado e Análise Gerencial da Operação e Demonstrações Contábeis Completas (BRGAAP)</li> </ul>
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> <li>A inserção de informações qualitativas sobre a exposição do banco e esforços para responder a estes riscos são passos iniciais.</li> <li>É necessário avaliar em quais seções dos Formulários de Referência e Demonstrativos Financeiros a questão climática deve ser material.</li> <li>A avaliação qualitativa e quantitativa de riscos e oportunidades climáticas para a carteira atual dos bancos podem guiar o avanço nesta ação.</li> </ul>

## XI. Revisão de instrumentos de risco socioambiental utilizados na concessão de crédito, para incorporação de informações sobre exposição do cliente às mudanças climáticas

Divulgações Recomendadas correspondentes	Gestão de Riscos.a	Gestão de Riscos.c
Descrição	Os bancos já utilizam instrumentos para análise de risco socioambiental no processo da concessão de crédito. É preciso revisar estes instrumentos para que incorporem informações sobre a exposição a mudanças climáticas, de acordo com a proporcionalidade e relevância das operações. O principal desafio é a identificação da localização das unidades produtivas dos clientes.	
Progresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso da lista de setores críticos da TCFD como critérios para exigir de clientes informações adicionais sobre gestão de mudanças climáticas</li> </ul>	
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É necessário avaliar o quanto instrumentos como Questionários Socioambientais e Diligências presenciais já contemplam o risco climático para operações de maior porte.</li> </ul>	

## XII. Incorporação do risco climático no modelo de análise de crédito

Divulgações Recomendadas correspondentes	Estratégia.a	Estratégia.c	Gestão de Riscos.a	Gestão de Riscos.b	Gestão de Riscos.c
Descrição	Clientes podem estar expostos a riscos climáticos não identificados no processo de concessão de crédito, o que pode afetar a qualidade da carteira do banco. Estes riscos devem ser incorporados à análise de cada operação de forma a afetar a <i>rating</i> dos clientes, ao menos para aquelas operações de setores críticos, com maior volume e prazos mais longos.				
Progresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incorporação do risco climático no nível setorial – com a avaliação de quais setores podem ser mais impactados, a fim de priorizar ações junto a estes setores</li> <li>• Incorporação da análise de riscos climáticos na carteira de crédito agrícola – antes das Recomendações da TCFD</li> </ul>				
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A aplicação da Régua de Sensibilidade pode ser um facilitador aqui, dado que o impacto do risco climático sobre a qualidade de crédito das carteiras mais sensíveis deve ser maior.</li> <li>• Análises de risco climático no nível setorial podem complementar esse caminho antes da elaboração de uma metodologia para incorporar o risco climático ao rating.</li> </ul>				

### XIII. Incorporação da variável climática no desenvolvimento e avaliação de novos produtos

Divulgações Recomendadas correspondentes	Estratégia.a	Métricas e Metas.c
<b>Descrição</b>	No nível estratégico e tático, os bancos precisam avaliar quais e como seus produtos aumentam ou diminuem a exposição da carteira a riscos climáticos e como permitem a captura de oportunidades relacionadas às mudanças climáticas. Ao incorporar essa avaliação à tomada de decisão para novos produtos, a trajetória da carteira de crédito do banco pode se adaptar aos cenários de mudanças climáticas, e torna-se possível definir e acompanhar metas associadas ao tema.	
<b>Progresso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alguns bancos indicaram utilizar oportunidades climáticas como <i>drivers</i> para criação de novos produtos e/ou revisão dos já consolidados.</li> </ul>	
<b>Mensagens para avanço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A avaliação qualitativa e quantitativa de riscos e oportunidades climáticas para a carteira atual dos bancos podem guiar o avanço nesta ação.</li> <li>A aplicação da Régua de Sensibilidade pode ser um facilitador aqui, dado que pode ser priorizado o desenvolvimento e avaliação de produtos para os setores mais sensíveis.</li> </ul>	

## 4. Atualização da agenda TCFD no setor financeiro internacional

### 4.1. A iniciativa NGFS e suas recomendações

Constituída em 2017, a *Network for Greening the Financial System (NGFS)* é uma iniciativa composta por Bancos Centrais e demais supervisores do setor financeiro de 39 países que busca contribuir para o aperfeiçoamento da gestão de riscos climáticos (e outros de natureza ambiental) no setor financeiro e para mobilizar as finanças tradicionais para transição a uma economia de baixo carbono, alinhada ao Acordo de Paris. Para isso, o NGFS se propõe a promover melhores práticas a serem implementadas por seus associados e incentivadas entre as instituições financeiras de cada um de seus sistemas financeiros.

Em outubro de 2018, a NGFS divulgou seu primeiro relatório de progresso: “*A Call for Action*”. O documento apresentou avanços da agenda em instituições financeiras e supervisores, além de definir seis orientações que devem guiar futuros trabalhos para melhor incorporação de questões socioambientais à supervisão bancária:

- I. **Integrar riscos climáticos na micro-supervisão<sup>8</sup> e no acompanhamento da estabilidade financeira:**
  - a. Mapear riscos climáticos físicos e de transição dentro do sistema financeiro e adotar indicadores-chave de risco para monitorá-los;
  - b. Conduzir análises climáticas quantitativas para mensurar os riscos no sistema financeiro, utilizando diferentes cenários climáticos;
  - c. Considerar como os riscos climáticos físicos e de transição podem ser incluídos em previsões macroeconômicas e no acompanhamento da estabilidade financeira;
  - d. Engajar instituições financeiras para garantir que riscos climáticos sejam: identificados, analisados e reportados; entendidos e discutidos a nível do Conselho de Administração; considerados nas decisões de gestão de riscos e investimentos; e incorporados na estratégia de negócios;
  - e. Definir expectativas de supervisão para fornecer orientação às instituições financeiras, enquanto o entendimento dos riscos climáticos é consolidado no mercado.

<sup>8</sup> Supervisão com maior granularidade, feita ao nível das instituições financeiras. A macro supervisão, por outro lado, considera o sistema financeiro como um todo.

**II. Integrar critérios de sustentabilidade na gestão de portfólio e tomada de decisões de investimentos dos próprios bancos centrais**, abrangendo seus próprios fundos e reservas, bem como estendendo esta integração às políticas monetárias adotadas.

**III. Superar a ausência de dados relacionados aos riscos e oportunidades climáticos:**

- a. Recomendar que autoridades públicas compartilhem dados úteis para análises de risco climático, especialmente por meio de bancos de dados;
- b. Fomentar a criação de grupos de trabalho para superar a ausência de dados sobre os impactos financeiros das mudanças do clima.

**IV. Sensibilizar e fomentar capacidades, por meio de assistência técnica e compartilhamento de conhecimento:**

- a. Incentivar (outros) bancos centrais, supervisores e instituições financeiras a construam capacidade interna e a colaborarem entre si e com demais *stakeholders*, de modo a incrementar o entendimento de como questões climáticas se traduzem em riscos e oportunidades financeiras;
- b. Incentivar práticas de assistência técnica e construção de capacidade em economias emergentes e em desenvolvimento.

**V. Melhorar a qualidade de reporte ambiental e relacionado ao clima, de maneira que este seja internacionalmente consistente e robusto:**

- a. Estimular empresas e instituições financeiras a divulgarem reportes em linha com as Recomendações TCFD;
- b. Recomendar que formuladores de políticas e supervisores considerem ações para promover a adoção das Recomendações TCFD e o desenvolvimento de frameworks de reporte consistentes em nível internacional.

**VI. Apoiar o desenvolvimento de uma taxonomia de atividades econômicas** visando aprimorar a transparência sobre a contribuição das instituições financeiras para uma economia verde e de baixo carbono, e a identificação da exposição destas aos riscos ambientais e climáticos. De acordo com o NGFS, a construção desta taxonomia permite uma melhor gestão dos riscos e possibilita uma mobilização de capital direcionada a investimentos verdes e de baixo carbono mais efetiva, em linha com o Acordo de Paris.

## 4.2. Avanços regulatórios e de *frameworks* voluntários

Frente às diferentes previsões de cenários climáticos, credores, investidores e seguradoras, buscando antecipar-se à materialização dos potenciais riscos, precisam entender como as questões climáticas podem afetar o futuro desempenho financeiro das organizações. Nesta perspectiva, uma série de iniciativas regulatórias e autorregulatórias de gestão de riscos também estão aderindo às Recomendações da TCFD. A Europa, por exemplo, vem mostrando comprometimento ao propor exigências regulatórias e discussão/consulta de normas:

- I. **França, 2015 – Artigo 173-VI, da *France’s Law on Energy Transition for Green Growth (LTECV)***: exige que investidores divulguem quatro tipos de informações<sup>9 10</sup>:
  - a. Integração de fatores ASG às políticas de investimento e gestão de riscos, com foco nas questões climáticas – requerimento previamente limitado a *asset managers* e que foi estendido a outros investidores institucionais;
  - b. Reporte da pegada de carbono dos portfólios de investimento, ou parte majoritária destes, de *asset managers* e outros investidores institucionais;
  - c. Exposição aos riscos financeiros – físicos ou de transição – associados às mudanças climáticas;
  - d. Reporte do alinhamento do portfólio de investidores às políticas de mudanças climáticas internacionais e da França, a exemplo das metas de aumento de temperatura abaixo dos 2°C.

De acordo com o princípio de “*comply or explain*” (“cumprir ou justificar”, em tradução livre), os investidores devem providenciar explicações sempre que não cumprirem as exigências do Artigo 173-VI.

- II. **Reino Unido, 2018-2019 – Expectativas<sup>11</sup> da Autoridade de Regulação Prudencial (*Prudential Regulation Authority - PRA*) frente aos riscos financeiros relacionados ao clima**: a PRA lançou, em abril de 2019, um *Supervisory Statement* que elenca algumas expectativas para bancos e seguradoras gerenciarem os riscos financeiros das mudanças climáticas, em linha com as Recomendações da TCFD:

<sup>9</sup> *French Energy Transition Law – Global Investor Briefing* (PRI, 2016)

<sup>10</sup> *Article 173-VI: Understanding the French regulation on investor climate reporting* (FIR, 2016)

<sup>11</sup> *Enhancing banks’ and insurers’ approaches to managing the financial risks from climate change* (April, 2019). Disponível em: <https://www.bankofengland.co.uk/-/media/boe/files/prudential-regulation/supervisory-statement/2019/ss319.pdf?la=en&hash=7BA9824BAC5FB313F42C00889D4E3A6104881C44>

- a. Governança: incorporar a consideração de riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas em suas estruturas de governança através da atribuição de responsabilidade de gestão da alta liderança;
- b. Gestão de riscos: abordar, sob uma visão estratégica, os riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas através de frameworks de gestão de riscos dos bancos e seguradoras já existentes; e evidenciar riscos climáticos em políticas de gestão de riscos e reportes de riscos junto à alta liderança;
- c. Análise de cenários: usar tal prática para avaliar o impacto de riscos climáticos na estratégia de negócios e informar o processo de identificação de riscos;
- d. Reporte: desenvolver e manter uma abordagem apropriada para reporte de riscos financeiros climáticos, levando em consideração não somente a interação com categorias de risco já existentes, mas também os elementos distintos dos riscos financeiros decorrentes das mudanças climáticas.

**III. União Europeia, 2018 – Recomendações do *High-Level Expert Group on Sustainable Finance (HLEG)*:** estabelecem orientações para ampliar a incorporação de temas sociais e ambientais ao arcabouço político e regulatório do setor financeiro da União Europeia (EU) Entre outras recomendações<sup>12</sup>, o HLEG trabalhou três pontos-chave que podem facilitar o alinhamento de instituições financeiras à TCFD:

- a. Elaboração de uma proposta de Taxonomia para setores verdes da UE (ver seção 2.4), possibilitando aos investidores realocar seu capital a indústrias verdes e medir sua possível exposição a riscos climáticos;
- b. Incorporação de questões climáticas e ambientais à Diretiva para divulgação de informações não-financeiras (NFRD 2014/95/EU);
- c. Incentivo à correlação entre os elementos da NFRD e as Recomendações TCFD, de modo a criar um regime compreensivo e relevante de divulgações climáticas na UE. Tal regime tem o potencial de prover informações estratégicas relevantes para a tomada de decisões por parte de investidores.

<sup>12</sup> *Financing a sustainable European Economy* (HLEG, 2018)

Além de exigências regulatórias, alguns frameworks voluntários estão sendo revisados de modo a aderir às Recomendações TCFD:

- I. **CDP, 2018-19:** por estar envolvido na TCFD desde seu início, o CDP promoveu em 2018 uma primeira revisão do “Questionário de Mudanças Climáticas”, de modo a alinhar suas demandas de informação àquelas recomendadas pela TCFD. A organização segue neste trabalho de alinhamento, tendo em 2019 revisado os módulos setoriais de seu questionário para que o reporte ao CDP daqueles setores considerados de maior exposição às mudanças climáticas pela TCFD se alinhe ao que é recomendado por esta força tarefa
  
- II. **PRI Assessment, 2018:** buscando auxiliar os investidores a reportar as divulgações recomendadas e demonstrar suas atividades relevantes, o PRI integrou, em seu *2019 Reporting Framework*<sup>13</sup>, novos indicadores climáticos, baseados nas Recomendações TCFD. Inicialmente, o reporte de indicadores climáticos se dará de maneira voluntária, porém, a partir de 2020, este será obrigatório. Dentre os indicadores, podem ser citados:
  - a. Riscos e oportunidades climáticos aos quais as instituições estão expostas;
  - b. Aderência dos signatários à TCFD;
  - c. Estratégias para gestão de riscos e oportunidades climáticos, incluindo horizontes de tempo envolvidos;
  - d. Papel da alta gerência nas decisões de questões climáticas;
  - e. Uso de análise de cenários climáticos.
  
- III. **CDP, GRI, IIRC, 2019:** participantes do *Corporate Reporting Dialogue* lançaram uma consulta pública – *Better Alignment Project* – sobre como levar a um melhor alinhamento de *frameworks* de reporte de sustentabilidade financeiros e não-financeiros com as Recomendações TCFD, endereçando o impacto financeiro de métricas não-financeiras e buscando incorporar estas informações em reportes tradicionais.

<sup>13</sup> PRI Reporting Framework 2019 Strategy and Governance - Climate-related indicators only (PRI, 2018)

### 4.3. TCFD Status Report 2019

Em junho de 2019 a TCFD divulgou seu relatório de status<sup>14</sup>, fornecendo informações sobre o acompanhamento do progresso do reporte de riscos e oportunidades relacionados ao clima desde a publicação das Recomendações TCFD, em 2017. O relatório foi preparado a partir de questionários e revisão de reportes dos últimos três anos (2016-18) de mais de 1.100 empresas financeiras e não-financeiras de 142 países.

Esta amostra é parte de um universo de apoiadores formais da TCFD, que em dezembro/2019 contabilizava 941 empresas e organizações dos setores público e privado – das quais 50% são instituições financeiras, 41% são empresas não-financeiras; e 9% são organizações de outras naturezas (ex: associações setoriais, reguladores, organizações da sociedade civil).

Entre os resultados, chegou-se a um conjunto de quatro pontos de atenção:

- I. A divulgação de informações financeiras relacionadas ao clima apresentou aumento desde 2016, mas ainda é insuficiente para investidores:** dada a velocidade com que as mudanças são necessárias para limitar o aumento da temperatura média global, mais empresas precisam considerar o impacto potencial da mudança climática e divulgar resultados materiais;
- II. É necessária maior clareza sobre o potencial impacto financeiro das questões relacionadas ao clima nas empresas:** sem essa informação, os usuários podem não ter as informações necessárias para tomar decisões financeiras relevantes;
- III. Das instituições aplicando análise de cenários, parte majoritária não divulga informações a respeito da resiliência de sua estratégia frente às mudanças climáticas:** 3 de cada 5 instituições respondentes à pesquisa da TCFD, que visualizam riscos climáticos como materiais e usam análise de cenário para avaliar a resiliência de suas estratégias, não divulgam estas informações;

<sup>14</sup> Task Force on Climate-related Financial Disclosures: 2019 Status Report. Disponível em: <https://www.fsb-tcf.org/wp-content/uploads/2019/06/2019-TCFD-Status-Report-FINAL-053119.pdf>

**IV. A integração de questões relacionadas com o clima requer o envolvimento de múltiplas posições dentro das empresas:** o envolvimento de múltiplas funções é fundamental para a integração de questões relacionadas ao clima, especialmente o envolvimento das funções de gerenciamento de risco e finanças.

Entre os setores avaliados, o bancário foi aquele que apresentou os melhores resultados:

- I. Para quase todas as Divulgações Recomendadas, a porcentagem de bancos divulgando informações relevantes foi superior à dos demais setores analisados;
- II. Os maiores aumentos na transparência ocorreram nas seguintes divulgações Recomendadas:  
Governança (a): “Descrever a supervisão do Conselho de Administração sobre os riscos e oportunidades climáticos.”;  
Gestão de Riscos (c): “Descrever como os processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos climáticos estão integrados ao gerenciamento global de riscos da organização.”

**Acesse outros materiais resultantes do projeto TCFD no portal da FEBRABAN**

Publicações
Guia para aplicação da Régua de Sensibilidade ao Risco Climático - TCFD (2019)
Régua de Sensibilidade ao Risco Climático (2019)
Ferramenta de Correlação das Recomendações da TCFD com outros frameworks de sustentabilidade (2018)
Roadmap para Implementação da TCFD-FSB (2019)

Nota: materiais disponíveis em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3085/43/pt-br/estudos-sustentabilidade-2019>

## Anexo – Correspondência entre Roadmap e Divulgações Recomendadas TCFD

A Tabela a seguir apresenta a correspondência entre as ações propostas pelo Roadmap e as Divulgações Recomendadas:

Ação proposta pelo Roadmap	Correspondência com Divulgações Recomendadas	Ação proposta pelo Roadmap	Correspondência com Divulgações Recomendadas
Aplicação da Régua de Sensibilidade como instrumento de priorização de ações estratégicas e materialidade do reporte	EST.a EST.a, EST.c	Elaboração de Posicionamento sobre Mudanças Climáticas, formalizando entendimento do sobre o tema, iniciativas e compromissos	EST.a M&M.c
Revisão sobre a governança de riscos climáticos (quem é responsável, quais as responsabilidades)	GOV.a, GOV.b	Desenvolvimento de análises de cenários climáticos para suas carteiras, partindo de projetos-piloto	EST.a
Revisão, com “a lente TCFD”, das informações disponibilizadas publicamente em documentos dos bancos e demais frameworks de reporte	TRANSVERSAL	Incorporação das informações relacionadas a clima nos relatórios financeiros	TRANSVERSAL
Incorporação de agenda específica de implementação das Recomendações da TCFD aos Colegiados de Sustentabilidade ou Risco Socioambiental e ao Conselho de Administração	GOV.a, GOV.b, EST.a, EST.b, EST.c, GOV.a	Revisão de instrumentos de risco socioambiental utilizados na concessão de crédito, para incorporação de informações sobre exposição do cliente às mudanças climáticas	GdR.a, GdR.c GdR.a
Monitoramento da exposição da carteira a setores críticos e oportunidades climáticas	EST.a	Incorporação do risco climático no modelo de análise de crédito	GdR.a, GdR.b EST.a, EST.c GdR.a, GdR.c
Recomendação de adesão a compromissos voluntários de reporte (ex: CDP, GHG Protocol) para os clientes mais críticos	M&M.b	Incorporação da variável climática no desenvolvimento e avaliação de novos produtos	EST.a M&M.c
Incorporação do tema mudanças climáticas nos processos de planejamento estratégico	GOV.a, GOV.b, EST.a, EST.b, EST.c		

Fonte: Roadmap FEBRABAN para implementação da TCFD-FSB.

A correspondência caracterizada como TRANSVERSAL indica que a ação se relaciona a múltiplas Divulgações Recomendadas, abrangendo os 4 pilares das Recomendações TCFD.

